

Poupança interna tem que crescer

José Scheinkman, economista da Universidade de Princeton, alerta que o País precisa programar o crescimento futuro

SÔNIA ARARIPE

O economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, não está atento apenas ao cenário econômico de curto prazo, mas principalmente à pouca discussão sobre como programar, na prática, o crescimento futuro do Brasil. No período mais próximo, o economista prevê que a Argentina ainda possa ter uma piora no quadro econômico. Mas ele avalia que a renovação do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é parte de uma estratégia muito inteligente para evitar o contágio da crise argentina.

Para 2002, Scheinkman ainda considera viável esperar um bom crescimento. No entanto, adverte que, para chegar ao aperto necessário nas contas públicas – atingindo no ano que vem um superávit primário (diferença entre as receitas e despesas do governo, sem considerar os gastos com juros) recorde de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 45,7 bilhões – será preciso fazer critérios criteriosos. “No Brasil, normalmente, a tendência é cortar onde for mais fácil”, lembra.

Poupança – Apesar da turbulência atual, o que ultimamente tem despertado mais o interesse desse especialista de 53 anos é a necessidade do aumento da poupança interna do país no médio a longo prazo. “Enquanto estamos debatendo os assuntos imediatos, vivendo da mão para a boca, não estamos pavimentando o futuro”, adverte o economista em entrevista ao **Jornal do Brasil**. O encontro aconteceu na última quinta-feira, no Rio, pouco antes do seu retorno para os Estados Unidos, após cumprir uma agenda extensa de palestras no Brasil.

O economista alerta que o modelo atual de financiamento do déficit público – que cobre boa parte da necessidade de financiamento das contas públicas com o ingresso de capital estrangeiro – já chegou a um limite. Considerado um dos mais brilhantes de sua geração, o professor lembra que o Brasil “importa” hoje 4,5% do PIB em capitais para fechar a conta do financiamento do déficit público. Eressalta que, se a intenção do governo é garantir um crescimento em bases mais estáveis, será necessário pensar em formas sustentáveis de aumentar a poupança interna.

“O tempo está passando e não vejo muita discussão avançando neste sentido”, diz. Scheinkman acredita que para conseguir o aumento da poupança interna será preciso conquistar ainda mais a confiança do investidor individual. Seja para aumentar a aplicação em caderneta de poupança, fundos de investimento ou em ações. “O que importa é que as pessoas voltem a acreditar que é bom poupar, pensando no futuro”, explica. Outra alternativa para aumentar a poupança interna, na opinião do economista,

seria o governo diminuir as despesas correntes para aumentar investimentos.

“Garfados” – O professoracha uma pena que, ao longo dos anos, os aplicadores brasileiros, de uma maneira em geral, tenham sido – de diferentes formas – tão “garfados” pelas guinadas na economia. E quando fala de aplicadores, o economista não está se referindo apenas aos milhões de brasileiros que guardam algum dinheiro na tradicional caderneta de poupança. “Foi um absurdo o confisco da caderneta. Mas também foram péssimas as iniciativas para tirar o poder de acionistas minoritários ao longo dos anos”, frisa.

O economista lamenta que, durante o processo de privatização, o governo tenha se preocupado mais em aumentar o valor das empresas vendidas do que com a democratização do capital, através de uma pulverização, garantindo direitos aos minoritários. “As pessoas não compram mais ações e não investem mais pesando no futuro porque ainda há um nível grande de incertezas sobre o retorno”, afirma.

Sem o aumento da poupança interna, Scheinkman considera impossível desarmar a armadilha da taxa de juros brasileira, que funciona como um instrumento para afetar a inflação futura e não como importante ferramenta de alavancagem do crescimento da economia. “O Brasil tem muitos investimentos a serem feitos e não será viável pensar em um crescimento forte se os spreads não forem menores”, avalia.

FMI – Voltando ao cenário de curto prazo, o economista conta que o acordo com o FMI foi uma demonstração importante do Fundo de que o problema do Brasil seria o contágio da crise argentina. “Era preciso reduzir esse efeito e acho que vai funcionar. O acordo é positivo por este ângulo”, diz.

O efeito do aperto nas contas públicas este ano “será praticamente nulo”, na avaliação do economista, porque o cinto já estava bastante apertado para garantir um expressivo superávit fiscal. “Para chegar lá, basta deixar o Everardo continuar o seu trabalho”, brinca referindo-se à Everardo Maciel, secretário da Receita Federal. Ultimamente, a arrecadação de impostos tem sido recorde.

A dúvida que fica, lembra o professor, é em relação ao ajuste das contas necessário para 2002, quando será preciso chegar ao maior superávit primário da história do país, de 3,5% do PIB. “Vai depender do ritmo da atividade econômica, mas acho que não será tão difícil quanto possa parecer à primeira vista”, explica. Scheinkman alerta, no entanto, que os cortes no orçamento não devem ser feitos onde for mais fácil cortar e sim onde for menos urgente os investimentos. “Se os cortes forem feitos sem critérios, a emenda pode ser pior do que o soneto”, adverte.